

O mito do vazio demográfico amazônico e as tentativas para implantação de colônias de imigração

The myth of the Amazonian demographic void and attempts to establish immigration colonies

El mito del vacío demográfico amazónico y los intentos de establecer colonias migratorias

Recebido: 23/03/2022 | Revisado: 01/04/2022 | Aceito: 05/04/2022 | Publicado: 12/04/2022

Jania Maria de Paula

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6551-3075>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Brasil

E-mail: janiamaria@ifro.edu.br

Resumo

Os processos de ocupação da Amazônia por povos não originários, sejam resultantes de movimentos de diásporas, migrações espontâneas ou projetos de colonização dirigida sempre estiveram atrelados aos movimentos de exploração predatória da região, com vistas a atender aos interesses do capital sediado em outros espaços, sejam no território nacional ou fora dele. Este texto faz um esforço de analisar algumas das correntes imigratórias destinadas à Amazonia Brasileira ocorridas entre os séculos XIX e XX, a partir de estudos já realizados sobre o tema e que aqui constitui-se de um breve histórico sobre as imigrações portuguesas, espanhola, italianas, judaica, sírio-libanesas, japonesas e afro-antilhanas na região amazônica. Trata-se de um recorte da tese de doutoramento Nossa terra em outras terras: os descendentes de escravos na Zona da Mata Rondoniense desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas e que para esta publicação passou por atualização de dados e informações.

Palavras-chave: Amazônia; Ensino; Imigrações; Vazio demográfico.

Abstract

The processes of occupation of the Amazon by non-originating peoples, whether in diaspora movements, spontaneous migrations or directed colonization movements have always been linked to the predatory exploitation movements of the region, with a view to meeting the interests of capital based in other spaces, whether in the national territory or outside it. This text makes an effort to analyze some of the immigration currents destined to the Brazilian Amazonia that occurred between the 19th and 20th centuries, based on studies already carried out on the subject and which here constitutes a brief history on Portuguese, Spanish, Italian, Jewish, Syrian-Lebanese, Japanese and Afro-Antillean immigrations in the Amazon region. This is an example of the doctoral thesis Our land in other lands: the descendants of Slavs in the Zona da Mata Rondoniense developed with the Graduate Program Society and Culture in the Amazon of the Federal University of Amazonas and that for this publication went through updating data and information.

Keywords: Amazon; Teaching; Immigration; Demographic void.

Resumen

Los procesos de ocupación de la Amazonía por pueblos no originarios, ya sea en movimientos de diáspora, migraciones espontáneas o proyectos de colonización dirigida siempre han estado ligados a los movimientos depredadores de explotación de la región, con miras a satisfacer los intereses del capital radicado en otros espacios, ya sea en el territorio nacional o fuera de él. Este texto hace un esfuerzo por analizar algunas de las corrientes migratorias destinadas a la Amazonía brasileña que ocurrieron entre los siglos 19 y 20, a partir de estudios ya realizados sobre el tema y que aquí constituye una breve historia sobre las inmigraciones portuguesas, españolas, italianas, judías, sirio-libanesas, japonesas y afroantillanos en la región amazónica. Este es un ejemplo de la tesis doctoral Nuestra tierra en otras tierras: los descendientes de esclavos en la Zona de la Mata Rondoniense desarrollada con el Programa de Posgrado Sociedad y Cultura en la Amazonía de la Universidad Federal de Amazonas y que para esta publicación pasó por la actualización de datos e información.

Palabras clave: Amazon; Enseñanza; Inmigración; Vacío demográfico.

1. Introdução

Desde os tempos coloniais, o mito de vazio demográfico na Amazônia sempre foi propagado e defendido, inicialmente pelo governo português, mais tarde pelo Governo Brasileiro. Para sua consolidação, diversos argumentos foram e

ainda são utilizados, vão desde as ideologias de cunho étnico racial que rejeitam e invisibilizam as populações originais amazônicas – as indígenas e as secularmente territorializadas na região (caboclos, ribeirinhos e remanescentes de quilombolas), às ideologias de cunho capitalista que possuem interesses meramente de caráter exploratório/predatório.

O discurso sobre o vazio demográfico local sempre serviu como justificativa para a consolidação de interesses governamentais diretamente relacionados ao caráter expansionista do capital global e nacional. O transplante de populações externas à região foi estratégia para a territorialização do capital na Amazônia e que foram, ou ainda são utilizadas para formar reservas de mão de obra na exploração dos recursos naturais locais. Estes movimentos sempre estiveram diretamente relacionados aos processos de expansão territorial orquestrados pelo colonizador europeu para consolidação de seus interesses econômicos, pois, como ressalta Moraes (2005, p. 91) “a colonização envolve uma sociedade que se expande e os espaços onde se realiza tal expansão, implicando apropriação da terra e submissão das populações autóctones defrontadas”.

A ocupação institucionalizada da Amazônia teve início ainda no século XVII quando a Coroa Portuguesa passou a desenvolver ações na/para a região considerando-a como “terra sem gente”. Neste período, a presença do colonizador português em terras amazônicas foi marcada por disputas entre colonos ainda não totalmente estabelecidos na nova terra, disputas territoriais com estrangeiros, mas principalmente por conflitos com as populações indígenas que já habitam a região (Sampaio, 2012). A autora comenta ainda que a utilização da mão de obra indígena de forma compulsória contribuiu para a expansão da Colônia do Grão-Pará rumo às regiões mais ocidentais da Amazônia e que foram estendendo-se para os vales dos rios Solimões e Japurá, figurando-se como áreas de reservas de mão de obra indígena.

Os registros das primeiras populações transplantadas que não representassem o colonizador português se deram a partir da segunda metade daquele século através da entrada de africanos escravizados. Tratava-se de imigrações forçadas, essas primeiras levas africanas em condição de escravidão não chegaram a representar grandes contingentes populacionais como ocorreu em outras regiões do país. Sampaio (2012) considera que, na Amazônia, a pequena entrada da mão de obra escravizada de origem africana se explica pela própria configuração da economia local, marcada pela presença, também reduzida, do colonizador branco e detentor de pouco capital agregando-se a existência de uma abundante população indígena passível de engajamento na produção através de formas de trabalho compulsório. Contudo, Silva (2020) argumenta que a não sistematização e divulgação de fontes e dados sobre a presença negra na região amazônica faz parte de processo, já tradicional, de negação e invisibilização da presença negra na sociedade brasileira.

Retornando para o pensamento de Sampaio, suas análises apontam ainda para o desenvolvimento de estratégias à ocupação da Amazônia, tais como a política da Coroa Portuguesa garantindo isenção de impostos aos navios que saíssem dos portos africanos com destino direto à Capitania do Grão-Pará, efetivando a entrada de populações transplantadas na Amazônia. Dentro da mesma política, “a Coroa aplicou o Indulto do Perdão dos Direitos Concedidos por S. M. aos que levarem escravatura direto dos portos de Angola à Capitania do Grão-Pará em 1794, incentivando a aquisição de homens africanos para serem escravizados, na Amazônia” (Sampaio, 2012, p. 84).

Em tempos distintos, novas estratégias governamentais para a (re)ocupação¹ da Amazônia tomaram forma, sempre com o objetivo de intensificar a sua exploração econômica. Todas as estratégias contaram com mecanismos de transferência e fixação populacionais, tanto de grupos estrangeiros, quanto nacionais. Mas, sempre desconsiderando as suas populações originais ou secularmente nela territorializadas. Tais estratégias, respaldadas por legislações específicas, estiveram embasadas

¹ Empregamos, neste texto, a expressão (re)ocupação [da terra], considerando que a Amazônia Brasileira é ocupada por populações indígenas desde tempos imemoriais e por outras populações tradicionais, como quilombolas e seus remanescentes, ribeirinhos, seringueiros, que aqui estão radicadas há séculos. Estas populações compõem um mosaico claramente distinto das populações transplantadas à região nas diversas tentativas de ocupação do que convencionou-se denominar como “vazio demográfico”, são possuidoras de concepções próprias de mundo e de racionalidade econômica destoante daquelas defendidas pelo capital, logo, são tradicionalmente ignoradas pelas ações do Governo Brasileiro. Neste sentido, a utilização da expressão “vazio demográfico” sempre serviu como justificativa para a consolidação de interesses governamentais diretamente relacionados ao caráter expansionista do capital nacional e global na região.

em concepções (políticas) de épocas distintas, quer no nível nacional ou internacional, mas que justificavam os movimentos de migração para a Amazônia brasileira.

Os processos de ocupação da Amazônia por povos não originários, sejam resultantes de movimentos de diásporas, migrações espontâneas ou projetos de colonização dirigida sempre estiveram atrelados aos movimentos de exploração predatória da região, com vistas a atender aos interesses do capital sediado em outros espaços, sejam no território nacional ou fora dele. Na transição do século XIX e primeiras décadas do século XX, tanto na Amazônia quanto nas demais regiões brasileiras os fluxos migratórios eram originários do Norte Global, compostos majoritariamente por europeus (Cavalcante e Oliveira, 2020).

Este texto faz um esforço de analisar algumas das correntes imigratórias destinadas à Amazonia Brasileira ocorridas entre os séculos XIX e XX, a partir de estudos já realizados sobre o tema. Trata-se de um recorte da tese de doutoramento *Nossa terra em outras terras: os descendentes de eslavos na Zona da Mata Rondoniense* desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas e que para esta publicação passou por atualização de dados e informações.

2. Metodologia

Para a construção deste texto enquanto tópico componente da tese *Nossa Terra em outras terras: os descendentes de eslavos na Zona da Mata Rondoniense*, o método utilizado foi a Pesquisa Bibliográfica, por nos permitir o acesso a dados e informações já estruturados, sistematizados e publicados, analisá-los para responder ao seu problema, ou comprovar suas hipóteses, adquirindo novos conhecimentos sobre o assunto pesquisado.

Para Prodanov e Freitas (2013) a Pesquisa Bibliográfica se desenvolve a partir da análise criteriosa de materiais já publicados, tais como livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, entre tantas outras fontes possíveis. Para o desenvolvimento do trabalho é ainda de suma importância a verificação da veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar.

Uma das abordagens metodológicas da Pesquisa Bibliográfica é a revisão narrativa, “apropriada para descrever e discutir o desenvolvimento ou o ‘estado da arte’ de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual” (Roter, 2007, p. v). É esta a abordagem que estrutura o presente texto ao abordar e analisar resultados de pesquisas, cujo tema é a imigração para a Amazônia ainda no século XIX.

É relativamente pequeno o montante de pesquisas sobre as migrações internacionais para a região em tela, aqui nos debruçaremos sobre as pesquisas realizadas no âmbito do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará, que conduziu trabalhos como *Raízes Italianas no Desenvolvimento da Amazônia, 1870-1950: pioneirismo econômico e identidade* de Marília F. Emmi (2007); *Imigração espanhola na Amazônia: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do nordeste paraense (1890-1920)* de Francisco P. Smith Jr. (2012); *O Japão na Amazônia: condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929 – 2009)* de Reiko Muto (2010).

Trabalhos de outros centros de estudos também foram consultados, como a tese *Barbadianos negros e estrangeiros: trabalho, racismo, identidade e memória em Belém no início do século XX* de Maria Roseana C. P. Lima (2013) desenvolvida junto ao programa de pós-graduação em História da UFF; a dissertação *Sírios e Libaneses em Cuiabá: imigração, espacializações e sociabilidade* de Gilbert A. Brandão (2007) apresentada ao programa de pós-graduação em História da UFMT e a obra *Imigração Japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional*, organizada por Alfredo K. O. Homma, et al (2011) e lançada pela editora da UFAM. O livro *Eretz Amazônia: os judeus na Amazônia 92008* de S. Benchimol, além de artigos de jornais e divulgação científica.

3. As Migrações Internacionais para a Amazônia entre os séculos XIX e XX

Ainda no século XVIII, o ouvidor da então criada Capitania de São José do Rio Negro (1772), atual estado do Amazonas, ao avaliar os resultados da utilização da mão de obra indígena escravizada na região considerou-a sem outra capacidade, senão para os trabalhos rústicos e corporais. Na mesma análise considerou ainda que

As nações mais sábias da Europa não têm procurado confundir-se com as da América. Devemos povoar a América com famílias européias e em Colônias, e separada dos Índios. Se se fizerem casamentos, devem vir os Índios para as Povoações dos Brancos (Sampaio, como citado em Sampaio, 2012, p. 274)

Já se formulava neste pensamento, a política de imigração para o território brasileiro a partir da construção do imigrante ideal, personificado na figura do colono camponês e sua família. Já na República Velha, momento em que se tornou viável para a elite de origem portuguesa, que dominava o cenário político nacional, trocar a mão de obra escravizada pela mão de obra assalariada surgiram estratégias para promover a ocupação dos chamados vazios demográficos em consonância com a política nacional para o “branqueamento da raça”. Esta mesma política de imigração estendeu-se para o governo Vargas, como atestam os textos coletados por Reis (Reis, 1943 como citado em Koifman, 2015, p. 29) compostos pelos discursos proferidos por Vargas “só nos povos que pertencem ao nosso grande tronco étnico e cultural poderemos ir buscar imigrantes de cujos descendentes seja razoável esperar que se integrem no conjunto da nação brasileira e correspondam ao seu desejo de perpetuar-se com os outros”.

Após a abolição da escravatura, o desejo de inserir o Brasil na “era da modernidade”, impulsionou a busca pelo imigrante ideal, que deveria cumprir objetivo de fornecer mão de obra às fazendas de café do Sudeste, ocupar as terras pouco exploradas do Sul (Saquet, 2010) e em menores contingentes aos “vazios demográficos” da Amazônia. Os dois últimos com vistas a contribuir para a produção de mercadorias e formação de um mercado consumidor local

A grande expansão da lavoura cafeeira com necessidades imediatas de mão de obra impôs restrições às imigrações subvencionadas para o Norte, somente com a Constituição de 1891 quando as províncias adquiram autonomia para implantarem suas próprias políticas de migração e colonização, o governo da Província do Pará passou a atrair imigrantes europeus para a região. Aos imigrantes destinados àquela província

[...] eram concedidas passagens grátis nos navios, onde eram recebidos por funcionários do Estado que os encaminhavam para alojamento na Hospedaria dos Imigrantes. Em seguida os imigrantes eram transportados gratuitamente para as colônias agrícolas, onde recebiam lotes de 25 ha em terras devolutas, instrumentos de trabalho, sementes, assistência médica. A eles também eram fornecidos alimentos por um período de seis meses, até que pudessem colher os primeiros frutos da ocupação da terra (Emmi 2008, como citado em Ferreira e Costa, 2011, p. 5).

Na Amazônia brasileira, as correntes de imigrações internacionais não tiveram a mesma representatividade observada no sul e sudeste do país, nem por isto deixaram de ocorrer. Na região, as políticas de imigração e colonização eram implementadas nos mesmos moldes que no sul. Contudo, as dificuldades de adaptação, principalmente com os rigores do clima equatorial, fizeram com que famílias inteiras desistissem da terra e buscasse a cidade ou remigrassem para outras regiões brasileiras (Ferreira e Costa, 2011). Dos grupos de imigrantes europeus, as maiores representatividades foram de portugueses, espanhóis e italianos. Também merecem destaque os grupos de asiáticos, cujas levas mais expressivas foram de imigrantes japoneses e sírio-libaneses. Dois tipos de imigração ocorreram na Amazônia: (1) a espontânea, formada em geral por aventureiros, homens desacompanhados, jovens, inclusive menores de idade, pobres e de profissões declaradas urbanas como caixeiros, engraxates, fotógrafos, alfaiates, pintores e trabalhadores sem especificação; (2) a subvencionada, em que o

imigrante ideal deveria ser o colono, o camponês acompanhado da família que deveria (re)ocupar o “vazio demográfico amazônico” e explorá-lo economicamente.

Ainda durante o Império, quando o governo central se encarregava de estabelecer colônias de imigrantes em terras devolutas, os contingentes foram todos direcionados para o sul do Brasil. Mais tarde, porém, quando a receptividade das imigrações ficou a cargo das províncias, a elite paraense passou a apoiar a implantação de colônias agrícolas e a criticar o governo imperial pela não implantação de tais colônias na Amazônia (Emmi, 2010; Santos, 2017). Neste momento a Província do Grão-Pará iniciou o esforço de implantar e desenvolver em seu território as colônias agrícolas formadas por imigrantes europeus. A província chegou a criar a Associação Paraense de Imigração, que tinha por função subsidiar as passagens marítimas, além de fazer a doação de terras, sementes, alimentos e instrumentos de trabalho aos que viessem ocupar a Amazônia paraense (Ferreira & Costa, 2011).

Poucos se interessaram em tornarem-se camponeses amazônicos, o maior interesse dos grupos que imigraram para a região estava nas possibilidades de enriquecimento com a exploração da borracha. Para Emmi (2010) no período de 1908 a 1910, cerca de 13.500 imigrantes aportaram em Belém, dos quais 48,67% eram portugueses, 15,98% eram espanhóis, 7,18 eram ingleses, 4,69% eram grupos árabes e 4,15% eram italianos. A autora acredita que “o crescimento econômico da Amazônia, decorrente da elevação dos preços da borracha nesse período pode ter constituído fator motivador dessa expressiva imigração” (Emmi, 2010, p. 02).

Ainda que se atribua ao ciclo exploratório da borracha como o motivo da atração de imigração internacional para a Amazônia, é preciso considerar que após a decadência local da exploração gomífera a chegada de imigrantes não estacionou, o Censo de 1920 registra um significativo aumento do fluxo migratório para a Amazônia exatamente no momento de forte crise da economia da borracha (Emmi, 2007, 2010; Smith, 2012).

Para um melhor ordenamento textual, analisaremos sucintamente cada uma das correntes migratórias mencionadas acima.

A imigração portuguesa

A presença dos portugueses na Amazônia é a mais intensa e a mais antiga, observada desde o processo colonizatório. No entanto, é necessário dividi-la em dois momentos, o primeiro no período colonial quando o português foi o colonizador desenvolvendo projetos de ocupação e exploração na região; o segundo é relativo à imigração portuguesa para a Amazônia a partir do século XIX, que teve lugar devido às consequências e contradições do desenvolvimento desigual e combinado do capital no mundo, e neste caso em Portugal (Emmi, 2010).

Neste segundo momento, a mão de obra portuguesa na região foi majoritariamente empregada no espaço urbano, ficando mais restritas as grandes cidades como Belém e Manaus. Os registros informam que somente 34 imigrantes portugueses instalaram-se em três das 17 colônias agrícolas paraenses, precisamente as colônias de Jambuassu, Marapanim e Outeiro. As marcas portuguesas na Amazônia, como bem observa Emmi (2010, p. 04) “estão no comércio, nas associações esportivas e recreativas, além da arquitetura e da denominação portuguesa de várias cidades amazônicas”.

Nos dias de hoje a comunidade portuguesa na Amazônia é composta por mais de 13.000 imigrantes, conforme registra o Vice Consulado de Portugal² em Belém do Pará. O grupo de portugueses encontra-se espalhados pelos estados Acre, Amapá, Amazona, Maranhão, Pará e Roraima jurisdicionados pelo órgão, não estão computados nestes dados os portugueses que vivem em Rondônia, Tocantins e Mato Grosso tampouco seus descendentes em toda a região.

² <https://belemdopara.consuladoporugal.mne.gov.pt/pt/>. Acesso em 09/03/2022.

A imigração espanhola

Os espanhóis formaram o segundo maior grupo de imigrantes fixos na Amazônia na transição do século XIX para o XX. Tal qual os portugueses e italianos, também se envolveram muito mais em atividades urbanas que rurais. As informações de Smith (2012) são de que estiveram ligados aos postos de trabalho no comércio e na construção civil, resultantes do desenvolvimento da economia da borracha amazônica, principalmente na cidade de Manaus.

Por parte dos governantes e elite local, era imenso o desejo de transformar a Amazônia, especialmente a Província do Grão-Pará, numa região altamente produtiva. As discussões giravam sempre em torno da colonização europeia nos moldes que vinham sendo praticados no sul do país, portanto a propaganda foi a estratégia utilizada para atrair os grupos de espanhóis à região, tal qual ocorria com as populações de outros países da Europa tanto às colônias do sul quanto às colônias amazônicas.

Na Espanha houve uma forte campanha publicitária sobre a Amazônia produzida pelo governo paraense e que resultou na vinda de grande quantidade de imigrantes para a região. Os espanhóis camponeses eram enviados para as colônias agrícolas, e somente no ano de 1900, os dados censitários registraram a presença de 642 famílias espanholas assentadas em 11 colônias agrícolas paraenses, como observa Smith (2012).

O autor ainda argumenta que após fixados nas colônias, este grupo de imigrantes passou a cultivar com mais expressividade a cana de açúcar, tabaco e a mandioca, seguido de arroz, algodão, milho e frutas em menor dedicação de tempo e área cultivada. Fabricavam cachaça e farinha, além de comercializarem o mel. Apesar da forte presença espanhola nas colônias agrícolas paraenses, ao longo do tempo elas entraram em decadência. Entre os fatores que explicam a decadência estariam o desgaste do solo e consequente baixa na produção açucareira. Por terem sido instalados em ambientes dos quais tinham pouco ou nenhum conhecimento sobre seu manejo adequado,

[...] Vários imigrantes não cumpriram com o acordo de migração, e acabaram saindo dos seus lotes, uns foram em direção aos grandes centros do país, Sul e Sudeste, e outros ficaram em Belém e se dedicaram ao pequeno comércio local, com trabalhos ligados a hotelaria, artesanato e manufaturas. Houve ainda os que encontraram empregos de subsistência como sapateiros, chocolateiros, ambulantes, engraxates, motoristas, garçons, jornaleiros, jardineiros, cocheiros, cozinheiros e cantores da noite (Smith, 2012 p. 54).

As dificuldades encontradas nas colônias agrícolas paraenses levaram muito espanhóis, juntamente com portugueses e italianos a migrarem para a cidade de Belém, tornando-a “uma babel”, lá passavam a conviver com problemas de ordem sanitária, de segurança e de moradia devido ao crescimento desordenado da cidade e falta de planejamento urbano (Smith, 2021). Nos dias atuais, a presença espanhola na Amazônia se espalhou pelos estados e cidades da região, quer em metrópoles regionais, como Belém e Manaus, quer em cidades de pequeno e médio porte.

A imigração italiana

Considerada a terceira nacionalidade em números de imigrantes direcionados à Amazônia, por parte de alguns imigrantes a escolha da região como local de destino já era determinada ainda em solo italiano. É neste sentido que Emmi (2007, p. 74) afirma que “em determinadas conjunturas alguns grupos de italianos, motivados pelas ‘cartas de chamada’ já elegiam em sua pátria, a Amazônia como primeira e última região de destino”.

No mesmo texto, a autora ressalta que os grupos italianos não eram compostos por forasteiros e que as migrações não eram motivadas única e exclusivamente pela decisão individual de aventura. Estavam inseridas no contexto econômico mundial determinado pelo capital, assim buscaram a Amazônia, grupos significativos de religiosos, arquitetos, artistas, operários urbanos e camponeses, bem como “algumas famílias que após tentativas mal sucedidas de fixação no Sul e no

Sudeste do Brasil, dirigiram-se para a região e estabeleceram aí o ponto final de sua condição de migrante” (Emmi, 2007, p. 80).

A imigração espontânea de italianos para a Amazônia teve o maior fluxo direcionado para as cidades de Belém e Manaus, mas também houve fixação em áreas do Baixo Amazonas, tanto no Pará, quanto em alguns municípios amazonenses como Parintins e Maués, onde se destacaram como criadores de gado bovino. Já a migração subvencionada e efetivada a partir de contratos celebrados entre a Província do Pará e empresas particulares, destinou-se às colônias agrícolas de Ianetama, Anita Garibaldi e Outeiro, segundo Smith (2012) formaram um pequeno universo de 12 famílias.

O governo paraense determinava que os lotes ocupados pelos imigrantes deveriam produzir cereais e produtos comerciais como cana de açúcar, café e algodão. As dificuldades de infraestrutura impediram os imigrantes de cumprir os acordos, levando-os a abandonar os lotes rurais, assim como fizeram os espanhóis.

No geral, as experiências com imigrantes estrangeiros na Amazônia e em particular com os imigrantes italianos são consideradas fracassos. Neste sentido, M. Emmi (2007) chama a atenção para o fato de que apesar de haver os registros das experiências mal sucedidas não há nenhuma discussão sobre as causas do insucesso. Ocorre que de forma generalizada, o histórico convencional sobre colônias de imigrantes no Brasil divide-se entre as experiências exitosas do Sul e as fracassadas na Amazônia, sem que haja um olhar mais complexo acerca de todas as particularidades que as envolveram, sejam elas ambientais, econômicas ou políticas.

Também algumas colônias implantadas no Sul fracassaram, os problemas vivenciados pelos imigrantes lá assentados eram muito semelhantes aos evidenciados nas colônias amazônicas que foram registrados por Emmi (2007) e Smith (2012). Problemas surgidos naquelas colônias levaram, inclusive, ao abandono de lotes rurais, de acordo com Wachowicz (1977, p. 15) que traçou o histórico de uma colônia de imigrantes poloneses no sul do Paraná, “os colonos, de modo geral, uma vez estabelecidos em seus lotes, ali se radicavam [...]. Porém, grande foi o número de insatisfeitos. Alguns chegavam simplesmente a abandonar os seus lotes, outros, entretanto, começaram a requerer a permuta de lotes com terceiros”.

Quando os italianos abandonaram as colônias na Amazônia também se dirigiram para as cidades da região. Hoje, sua presença pode ser percebida na organização socioespacial de muitas delas.

A imigração judaica

Os grupos de judeus que chegaram à Amazônia são em maior parte de sefarditas, ou judeus da Península Ibérica que, devido a perseguições étnico-religiosas, fugiram para o Marrocos e de lá migraram ao Brasil no início do século XIX (Silva e Barros, 2017).

De acordo com o sítio Centro Israelita do Pará³ trata-se da segunda comunidade judaica organizada no Brasil, que entre os inúmeros movimentos diaspóricos do povo judeu, este grupo especificamente, foi atraído para a Amazônia também pelas riquezas do ciclo da borracha. Entre 1810 e 1910 cerca de mil famílias de judeus marroquinos se fixaram na região.

Para Benchimol, a longo do tempo, os judeus marroquinos foram atingidos por processos de miscigenações etnoculturais, resultando dele, certo apagamento de sua presença nas comunidades locais. Ainda de acordo com este pesquisador amazônida e também judeu sefardita

[...] um número muito grande de famílias judaicas desapareceram para o judaísmo, pois seus descendentes no interior foram incorporados à massa anônima dos caboclos empobrecidos, que adotaram o culto católico, evangélico, espiritista e até umbandista, esquecendo de vez as suas origens ancestrais judaicas. Pelos nossos cálculos existem, hoje, em toda a Amazônia, cerca de 283.859 Judeus-caboclos, descendentes dos sefarditas e forasteiros do Marrocos

³ <https://www.conib.org.br/comunidades/cip-centro-israelita-do-para/>. Acesso em 02/04/2022.

e de ashkenazitas europeus, cujas primeiras levas de migrantes chegaram à região a partir de 1810 (Benchimol, 2008, p. 187).

Atualmente a presença judaica na região amazônica formada pelos grupos que continuam mantendo a identidade étnica e religiosa, se concentra mais nas capitais do Amapá, do Pará e do Amazonas. De acordo com o sítio do Comitê Israelita do Amazonas⁴, cerca de 850 judeus vivem em Manaus, dedicando-se prioritariamente às atividades comerciais.

A imigração sírio-libanesa

A presença desse grupo de imigrantes é visível no cotidiano dos estados amazônicos como Rondônia, Acre, Amazonas e Pará. Sua chegada à região está diretamente relacionada ao ciclo da borracha, chegando até a I Guerra Mundial. As análises de Brandão (2007) afirmam que a maioria desses imigrantes estavam atrelados ao trabalho do campo em sua terra natal, contudo, na Amazônia se dedicaram a atividades comerciais relacionadas ao ciclo da borracha. Após o fim deste ciclo, boa parte deles remigraram para São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais.

Nas atividades comerciais tornaram-se os mascates da Amazônia gomífera, conhecidos por “regatões”. Inúmeras são as descrições de sua vida e trabalho pelos rios amazônicos, quer de cunho literário ou científico, ou mesmo com forte viés poético como o trecho abaixo retirado da página do jornalista E. Martins – o blog *Almanacre*, que nostalgicamente caracteriza o regatão de origem árabe como um herói atípico e um agente importante na organização econômica da exploração da borracha amazônica:

[...] atraídos pela economia da borracha os jovens mascates árabes migraram em massa para a Amazônia, onde passaram a ser chamados de regatões, [...] o pequeno comerciante que entra nos rios e igarapés com sua pequena embarcação carregada de miudezas, oferecendo esses produtos aos moradores dos rincões da região. Troca – mais que vende – produtos industrializados por espécies valiosas da floresta. Durante o primeiro ciclo da borracha (1870 a 1913), enfrentaram dificuldades com os seringalistas por venderem coisas diretamente aos seringueiros fazendo concorrência ao barracão, de onde os extrativistas recebiam o aviamento que deveria ser pago com borracha. Mesmo assim, eles conseguiam furar o bloqueio. Em parte, porque a exemplo dos donos de seringais, muitos também tinham relações comerciais com as casas aviadoras francesas e inglesas, ou com os prepostos destas em Belém e Manaus, sem contar que nenhum barracão jamais conseguiu competir com o fascínio despertado pelos pequenos mascates com seus batelões maravilhosos, cujas prateleiras exibiam pequenas e fascinantes novidades. De fato, além de armas e munições, querosene, sal, açúcar, sabão e charque - essenciais para a subsistência do seringueiro, - o regatão oferecia deslumbramento para sua alma: eram cortes de lamê e tafetá coloridos e macios, os perfumes baratos de cheiro ativo, as brilhantinas, as chitas estampadas e as rendas, as pulseiras e brincos, as linhas e agulhas, os cintos, os sapatos, os batons e pós de rosto, os biscoitos e bombons, os sabonetes, as anáguas... (Martins, 2010, n.p.)

Sob a representação do “regatão”, a presença de sírios e de libaneses, sedimentou-se no imaginário popular amazônico. Com a decadência do ciclo da borracha muitos deles conseguiram comprar firmas falidas e a partir delas transformaram-se em sólidos e prósperos comerciantes, como evidenciam as memórias do sociólogo norte-americano J. T. Karan, sobre sua família fixada em Rondônia:

Meu bisavô, Abdo Bichara Ghosn, foi um dos que trocaram o Líbano por Porto Velho, no atual estado de Rondônia, logo após a virada do século XX. No Brasil, ficaria conhecido como Abidão Bichara. Junto com dois cunhados, desceu o Rio Madeira até os povoados de Abunã e Guajará-Mirim. A empresa familiar encomendava a mercadoria, principalmente secos (grãos), de Manaus e Belém perto do final da época das chuvas. Estocava o material em um armazém no centro de Porto Velho e aguardava o início do período da seca. Quando os estoques de outras lojas já estavam esgotados, aí, sim, Bichara e seus cunhados punham sua mercadoria à venda, por um preço elevado (Karan, 2009).

⁴ <https://www.conib.org.br/a-historia-dos-mais-de-200-anos-da-imigracao-judaica-na-amazonia/>. Acesso em 02/04/2022.

Hoje o grupo de sírios e libaneses se espalha por pequenas e grandes cidades amazônica, formado principalmente por comerciantes e profissionais liberais que contribuem para a organização social, geográfica e econômica da região.

A imigração japonesa

A presença japonesa na Amazônia é anterior aos tratados de imigração que trouxeram oficialmente ao Brasil o primeiro grupo dessa etnia em 1908. Homma (2011), Muto (2010) e Muto e Aragon (2020) registram a vinda de levas de imigrantes desembarcados no Peru e que mais tarde, ainda em fins do século XIX, chegaram a Amazônia brasileira. Eram os chamados *Peru Kudari*, imigrantes japoneses retirantes do Peru. Alguns anos mais tarde, sua presença foi registrada em Rondônia e Acre,

Issao Furuno foi também um *Peru Kudari* que seguiu inicialmente à cidade de Cobija da Bolívia [...] de lá desceu o Rio Acre para residir em Rio Branco em 1920 [...]. Shoichi Genba é outro retirante que viveu até 1922 na cidade de Guajará Mirim (Rondônia) plantando hortaliças, antes de vir para Belém. Acredita-se mesmo que muitos imigrantes dessa época tenham habitado os territórios de Rondônia e Acre (Muto, 2010, p. 114).

A vinda de imigrantes japoneses para a região se insere nas tentativas de implantar projetos de colonização agrícola na Amazônia que deram em dois momentos distintos: o primeiro conhecido como a “velha imigração” responsável pela formação de colônias como as implantadas no Pará e no Amazonas, até a década de 1930. E um segundo momento, após 1940, as colônias resultantes do movimento da “nova imigração” e que se espalhou por outros estados do Norte como Rondônia, e Acre (Muto e Aragon, 2020). Sem entrar em pormenores, Homma et al (2011) oferecem uma aproximação numérica para o contingente de imigrantes japoneses fixados na região, seriam cerca de 3 mil pessoas antes da II Guerra Mundial e aproximadamente 7 mil vindos no pós-guerra. Em 1929, 43 famílias japonesas desembarcaram nos portos paraenses. Pelas próximas décadas muitas famílias fixar-se-iam nas colônias agrícolas do Pará, Amazonas e mais tarde em outros estados do Norte.

No Pará, antes da II Guerra Mundial, os imigrantes restringiam-se às colônias de Tomé-Açu e Monte Alegre, “afora essas duas colônias, muitos japoneses se concentravam em Belém e seus arredores para praticar horticultura” (Muto, 2010, p. 148). Após a década de 1950, os japoneses introduziram com sucesso a lavoura da pimenta do reino em áreas de terra firme consideradas de baixa qualidade, tornando a cultura conhecida como “diamante negro”. Esta atividade aqueceu a economia paraense e influenciou pequenos produtores locais para o cultivo dessa variedade de pimenta (Homma, et al, 2011).

No Amazonas, os japoneses fixaram-se inicialmente na região de Maués, se dedicando ao cultivo do guaraná. Mais tarde, no município de Barreirinha, implantaram a Colônia Modelo Andirá voltada para o cultivo da juta, aliás, “a juta era o real motivo do aval de Getúlio Vargas para a vinda de japoneses a Amazônia” (Rodrigues, 2015, p. 10). Esta colônia japonesa da região do baixo rio Amazonas encaixava-se ao modelo desenvolvimentista que o governo Vargas queria efetivar no país.

Outra tentativa de implantação de colônias japonesas nos mesmos moldes, se instalaram em Rondônia, contudo, este histórico será melhor descrito no tópico seguinte que aborda as imigrações que atingiram mais especificamente o estado de Rondônia.

4. As imigrações para Rondônia

Sobre as populações estrangeiras direcionadas mais especificamente a Rondônia, a experiência mais marcante foi a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré – EFMM, entre 1907 e 1912, que deveria ligar os antigos povoados de Porto Velho a Guajará-Mirim, margeando o trecho encachoeirado do Rio Madeira e que empregou trabalhadores oriundos das mais diversas partes do mundo.

A construção da estrada de ferro garantiu: (1) a posse do território acreano ao solo brasileiro; (2) o escoamento da borracha do sudoeste amazônico utilizando-se a mão de obra nordestina migrada para atender a tal finalidade; (3) a consolidação da presença brasileira nas fronteiras do Guaporé-Mamoré como estratégia para inviabilizar qualquer futura pretensão argentina de expansão territorial na América do Sul (Fonseca, 2007); (4) a contribuição para a territorialização do capital inglês e norte americano no continente sul americano.

Em 1873, em uma das primeiras tentativas de construção da estrada, a empresa inglesa concessionária encaminhou para a região, trabalhadores ingleses, espanhóis e italianos. Devido às condições insalubres da região, a empresa desistiu da concessão e retirou os poucos funcionários que ainda permaneciam vivos (Ferreira, 2005).

A partir do ano da construção efetiva da ferrovia, 1907, numerosos grupos de trabalhadores foram enviados aos canteiros de obra. Neles se encontravam trabalhadores nacionais (em sua maioria nordestinos), além de indianos, chineses, portugueses, espanhóis, alemães, antilhanos, italianos, colombianos, norte-americanos, bolivianos, franceses, russos, cubanos, mexicanos, austríacos, árabes, ingleses, suecos, belgas, húngaros e irlandeses, além de algumas nacionalidades desconhecidas. No período de 1907 a 1912, ano do término da construção da ferrovia, teriam trabalhado nos canteiros de obra um total de 21.783 operários (Ferreira, 2005).

Esse grupo formado majoritariamente por homens não chegou a representar crescimento populacional sólido da região que hoje abriga o estado de Rondônia, situação que pode ser compreendida principalmente devido ao elevado número de óbitos dos trabalhadores, provocado por epidemias como a malária, razão inclusive do aparecimento da lenda de que cada dormente da EFMM representa a vida de um trabalhador ceifada pela tragédia na selva.

Entretanto, como formação populacional originária da vinda de trabalhadores para a EFMM, somente é significativa a presença dos descendentes afro-antilhanos que nos dias de hoje são componentes da população de Porto Velho, a capital do estado. Muitos deles, de acordo com os registros de Martins (2011), ficaram na região pelos motivos mais variados, como por falta de condições financeiras de retorno ao país natal, por terem trazido a família, ou por terem estabelecido novos laços familiares por ali. É preciso considerar também que este foi o único grupo de imigrantes contratados para a construção da ferrovia com permissão para trazer a família (Blackman, et al. 2020).

Os grupos de trabalhadores afro-antilhanos envolvidos na trabalhar nesta obra, são regionalmente conhecidos como barbadianos. Contudo, Blackman et al explicam que eram originários de diversas ilhas caribenhas, e como Barbados era um entreposto comercial e de descanso para europeus e norte-americanos é provável então, que “muitos afro-antilhanos das diversas ilhas do Caribe dirigiam-se ao porto de Barbados na capital de Bridgetown para buscar contratos trabalhistas nos serviços de construção de ferrovias ou em outros empreendimentos de engenharia” (Blackman, et al. 2020, p. 50).

Em Rondônia, a comunidade de descendentes dos afro-antilhanos forma um grupo eminentemente urbano e que por muito tempo viveu como comunidade relativamente fechada. Historicamente colonizada por ingleses, reproduziu no novo espaço de moradia os hábitos, língua e costumes britânicos.

Ao identificar-se com um povo que consideravam mais ‘instruído’, ‘civilizado’, ‘higiênico’, os trabalhadores provenientes das Antilhas enfrentaram diversas dificuldades para adaptar-se à sociedade amazônica. Discriminaram e foram discriminados por falar uma língua que era tida por eles como superior, mas considerada pelos habitantes locais como inferior (Martins, 2011, p. 04).

Um dos fatores geradores de distinção entre os afro-antilhanos e a população local de Porto Velho, segundo Menezes (2010) foi o fato de professarem o protestantismo herdado dos missionários, isto colaborou para a manutenção de valores que também eram praticados pela elite norte americana (construtora da EFMM) e que pertencia, majoritariamente, ao protestantismo. A reprodução da fala de um descendente de afro-antilhanos entrevistado pela autora deixa muito visível tal

distinção, ainda presente no *hábitus*⁵ do grupo em questão: [...] nós éramos moldados dentro de uma cultura diferente daqui, de religião anglicana, não tínhamos esse negócio de boi-bumbá, batuque... Quem trouxe essas manifestações foram os povos que vieram do nordeste. (Menezes, 2010, p. 73).

A imigração de afro-antilhanos para o Brasil ficou mais restrita a Amazônia, pois formaram um exército de mão de obra à mercê dos interesses do colonizador inglês. Na transição de século XIX para século XX os ingleses foram os responsáveis por obras públicas e privadas de modernização das cidades, quer na Europa, África ou Américas e aqui na Amazônia (Lima, 2013). Além das tentativas de construção da EFMM, os ingleses estiveram envolvidos em construções como portos, bondes, iluminação urbana e arremeteram para a Amazônia os trabalhadores afro-antilhanos, ainda segundo Lima (2013, p. 107) “tratava-se em sua maioria mão de obra recrutada compulsoriamente e explorada à exaustão, ou até a morte”

Atualmente, os descendentes de afro-antilhanos que vivem em Porto Velho formam um grupo de trabalhadores aposentados da extinta EFMM, funcionários públicos e trabalhadores dos setores de comércio e serviços.

Quanto a presença japonesa em Rondônia, como já mencionada rapidamente no tópico anterior, sua chegada no estado se deu a partir da implantação de colônias agrícolas que ocorreram durante o governo Vargas. O objetivo era produzir gêneros alimentícios para abastecer os pequenos mercados de Porto Velho e de Guajará Mirim

Das colônias agrícolas implantadas em Rondônia pelo governo federal entre 1948 e 1959, seis foram ocupadas pela população local e duas com imigrantes japonesas, a Nipo-brasileira e a 13 de Setembro, (Santos, 2007). Estas últimas eram formadas por 30 famílias japonesas, que na região ficaram conhecidas como “imigrantes Guaporé”.

Alguns autores como Oliveira (2010) e Souza e Pessoa (2010) argumentam que diante da completa falta de investimentos para estruturar as colônias agrícolas rondonienses, por parte do Governo Vargas, somente as colônias japonesas prosperaram motivadas pelas subvenções recebidas do consulado nipônico no Pará. No contrato inicial de imigração, obrigatoriamente cada família teria que plantar e cultivar cinco mil pés de seringueiras num prazo de dez anos e construir uma cooperativa agrícola. Em sua maioria, tais famílias dedicaram-se somente a horticultura e avicultura com a utilização da mão de obra familiar (Oliveira, 2010). Atualmente a colônia 13 de Setembro continua abrigando imigrantes japoneses e seus descendentes, conforme afirma I. Kuriyama em entrevista ao jornal local Gente de Opinião:

É alentador observar aquelas pessoas que chegaram pequeninas do Japão e os jovens nisseis nascidos na colônia, hoje destacarem-se na sociedade em vários ramos que não a agricultura. Há também aqueles que não abandonaram o ideal inicial e permanecem na nossa Colônia 13 de Setembro, dedicando-se à agricultura, ampliando suas atividades, e chamo atenção para o papel dos jovens que cresceram na colônia, que hoje se destacam na colônia ou na cidade de Porto Velho. (Gente de Opinião, 2008)

O grupo que continua vivendo na colônia se divide entre atividades econômicas da cidade e atividades rurais, como a produção de aves e hortaliças para abastecer uma pequena parcela da população de Porto Velho, posto que a produção hortifrutigranjeira da colônia não acompanhou o crescimento demográfico da cidade.

Rondônia conta também com a presença dos descendentes de imigrantes gregos, fixados em sua maioria na cidade de Guajará Mirim. Não encontramos, porém, nenhum estudo de cunho científico a respeito dessa comunidade, somente pequenas matérias em jornais de circulação local, como o trecho que reproduzimos abaixo, assinado pelo historiador rondoniense Abnael M. Lima e publicado no sítio do jornal Gente de Opinião:

A desvalorização da borracha, decaindo de preço no mercado internacional a partir de 1.914 forçou a empresa Madeira-Mamoré Railway a cancelar a execução do projeto de prosseguimento da ferrovia até São Luiz de Cáceres/MT, ligando as bacias Amazônica e Platina. E uma extensão à Riberalta, daí seguindo à La Paz, ambas a

⁵ Utilizamos aqui a noção de *habitus* construída por Pierre Bourdieu, e abordada no conjunto de sua obra.

partir de Guajará-Mirim. Sendo nesta, concentrados os 368 gregos contratados pela empresa Madeira-Mamoré, aliciados pelo grego Frangulach, ao qual pagaram oito libras por cada um dos recrutados. Com o cancelamento do projeto, houve dispensa em massa dos trabalhadores da ferrovia, entre esses os gregos, muitos dos quais se radicaram em Guajará-Mirim (Gente de Opinião, 2008).

Ou os registros de testemunhas para o Arquivo Digital Histórias Migrantes⁶, mantido pela Universidade de São Paulo e que conta com o depoimento de três descendentes gregos naturais de Guajará-Mirim, Rondônia.

Quanto as migrações internas, também foram incentivadas. Sempre atreladas ao uso político do mito de vazio demográfico amazônico, gradativamente consolidaram a reocupação da região com populações de outras regiões do país. A “convocação” dos soldados da borracha para explorar o látex, que deveriam atender aos interesses norte americano durante a II Guerra Mundial, foi responsável pelo deslocamento de aproximadamente 25.000 trabalhadores nordestinos para a região (Freitas, et al, 2019) e pela criação das colônias agrícolas no período de 1948 a 1959 em Rondônia.

Mais tarde, o estado foi palco de um dos maiores movimentos migratórios internos já ocorridos no Brasil, a partir da década de 1970, passando a atrair grandes contingentes populacionais oriundos principalmente das regiões Sul e Sudeste. Deste movimento, fizeram parte alguns imigrantes que, inicialmente, haviam se estabelecido em outros estados brasileiros e acompanhados de seus descendentes, que mantinham e ainda mantêm inúmeras características culturais de suas ancestralidades, como línguas, religiosidade, organização do espaço geográfico, etc. Dentre estes grupos merecem destaques os descendentes de eslavos, notadamente de ucranianos e poloneses que se fixaram na região da Zona da Mata Rondoniense, migrados dos estados do Sul (Paula, 2019) e os descendentes de pomeranos migrados do Espírito Santo e que se fixaram em sua maioria no município de Espigão do Oeste (Link, 2004). Estes grupos têm o comum a características de serem camponeses que buscaram, em Rondônia, terra, trabalho e garantias de manutenção de seus modos de vida.

5. Considerações Finais

O mito do vazio demográfico amazônico vem sendo utilizado, no decorrer do tempo, pelo governo brasileiro como argumento justificativa para o transplante de populações externas à região, desconsiderando seus povos originários ou secularmente nela fixados. Entre tantos motivos que sustentam o pensamento do vazio demográfico, estão os interesses governamentais diretamente relacionados ao caráter expansionista do capital nacional e global.

Inicialmente, as tentativas de formação de colônias na região Norte, com a presença de imigrantes europeus vinculava-se ao sucesso da economia da borracha na região atrelada ao caráter eugênico do governo imperial. O histórico de tentativas para implantar na Amazônia as colônias agrícolas nos moldes daquelas implantadas na região Sul, contou com as experiências mais exitosas àquelas relacionadas às colônias formadas por imigrantes japoneses, seja no Pará, Amazonas ou Rondônia e contribuíram para que o governo brasileiro, ao longo do tempo, respondesse com ações ao pretexto criado por ele próprio – o mito do vazio demográfico.

Embora as colônias formadas pelos demais povos imigrantes que buscaram reconstruir suas vidas em territórios amazônicos não tenham apresentado bons resultados, fato é que os grupos que chegaram à região, espalharam-se pelas cidades locais e passaram a contribuir com a construção do espaço geográfica amazônico em todas as suas nuances. Neste sentido, juntamente com as populações originárias e as populações oriundas de movimentos migratórios internos, contribuem para a imensa diversidade sociocultural que é encontrada na Amazônia.

O tema deste texto não se esgota aqui. Há movimentos migratórios que aqui foram pouco explorados como as imigrações judaicas e as gregas, as quais tivemos pouco acesso de informações. Há ainda movimentos migratórios que

⁶ Disponível em: http://historiasmigrantes.com.br/index.php/busca-testemunhos?cck=testemunhos&tes_titulo=&tes_nacionalidade=&tes_natural_de=Guajar%C3%A1-Mirim&bib_palavra_chave=&search=busca_testemunhos&task=search. Acesso em 16/03/2022.

atingiram a Amazônia mais recentemente como as haitianas e venezuelanas. São novas demandas que se evidenciam cobram a necessidade de serem respondidas para compreendermos melhor a construção do espaço amazônico.

Referências

- Benchimol, S. (2008). *Eretz Amazônia: os judeus na Amazônia*. Manaus, AM, Brasil, Valer.
- Brandão, G. A. (2007). *Sírios e libaneses em Cuiabá: imigração, espacializações e sociabilidade* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Cuiabá, MT, Brasil.
- Cavalcanti L. & Oliveira, W. F. (2020). Um panorama da imigração e do refúgio no Brasil: reflexões à guisa da introdução. In: Cavalcanti, L., Oliveira, T. & Macedo, M. (2020). *Imigração e Refúgio no Brasil: Relatório Anual 2020*. Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra, Brasília, DF, Brasil. https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf.
- Emmi, M. F. (2007). *Raízes italianas no desenvolvimento da Amazônia, 1870-1950: pioneirismo econômico e identidade*. (Tese de Doutorado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil. <https://docplayer.com.br/68874175-Raizes-italianas-no-desenvolvimento-da-amazonia-pioneirismo-economico-e-identidade.html>.
- Emmi, M. F. (2010). A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses. *Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambú, MG, ABEP. <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2305/2259>.
- Ferreira, M. R. (2005). *A Ferrovia do Diabo*. Ed. Melhoramentos.
- Ferreira, R. S. & Costa, E. E. (2011). Imigrantes espanhóis na Amazônia Paraense: em direção à construção de entendimentos a partir das passagens subvencionadas pelo Governo Paraense (1896-1899), *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, SP, ANPUH. <http://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/698>.
- Fonseca, D. R. (2007). *Estudo de História da Amazônia*, Porto Velho, RO, Gráfica e Editora Maia.
- Freitas, F. C., Vilarino, M. T. B. & Santos, M. A. (2019). Os soldados da borracha: a migração de trabalhadores cearenses no âmbito da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. *História Unicap*, 6 (11), 107-111. <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/1410>. <https://doi.org/10.25247/hu.2019.v6n11.p107-117>
- Gente de Opinião. (2008, fevereiro, 24). *Imigração Japonesa para Rondônia: edição comemorativa dos 50 anos da Colônia 13 de Setembro*, Porto Velho, RO. <http://www.gentedeopinio.com.br/lerConteudo.php?news=30480>.
- Homma, A. K. O. (2011). A agricultura *nikkei* e o desenvolvimento da agricultura na Amazônia. In: Homma, A. K. O., et al (Orgs.), *Imigração Japonesa na Amazônia: contribuições na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional*. Manaus, AM, EDUA.
- Karan, J. T. (2009, novembro, 24). *Fazemos qualquer negócio: dos mascates de São Paulo aos regatões da Amazônia, árabes povoaram o país comprando e vendendo de tudo* [Blog]. <http://familiaache.blogspot.com/2009/11/fazemos-qualquer-negocio.html>.
- Koifman, F. (2015). *Imigrante ideal: o Ministério da justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*, Rio de Janeiro, RJ, Civilização Brasileira.
- Lima, A. M. (2008, agosto, 23). História dos municípios: Guajará-Mirim. *Jornal Gente de Opinião*. <http://www.gentedeopinio.com.br/lerConteudo.php?news=35749>.
- Lima, M. R. C. P. (2013). *Barbadianos negros e estrangeiros: trabalho, racismo, identidade e memória em Belém de início do século XX*. (Tese de doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil. www.historia.uff.br/stricto/td/1369.pdf.
- Link, R. S (2004). *Luteranos em Rondônia: o processo migratório e o acompanhamento da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (1867- 1987)* (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, RS, Brasil. http://www3.est.edu.br/biblioteca/btd/Textos/Mestre/rlink_m.pdf.
- Martins, E. (2010, agosto, 08). *Regatão: o herói atípico da Amazônia* [Blog]. <http://www.almanacre.com/2010/08/regatao-heroi-atipico-da-amazonia.html>. Acesso em 29/10/2015
- Martins, M. C. (2011). Memórias de aprendizagem de português-segunda língua dos descendentes de barbadianos em Porto Velho. *Anais do IV Encontro de Estudos da Linguagem*, Pouso Alegre, MG, Brasil. <http://www.cienciasdalinguagem.net/enelin>.
- Menezes, N. (2010). Gênero e religiosidade na comunidade caribenha de Rondônia. *Revista Mandrágora*, 16 (16), 69-80. <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/2000/2012>.
- Moraes, A. C. (2005). *Território e história do Brasil*. Annablume.
- Muto R. (2010). *O Japão na Amazônia: condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)* (Dissertação de mestrado). Belém, PA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2039.
- Muto, K. & Aragon, L.E. (2020). Vinda dos Koutakusseis para a Amazônia: uma migração atípica. *Revista do Patrimônio Histórico e Geográfico Brasileiro* 1 918390 235-268. <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/108683-volume-483.html>.
- Oliveira, J. L. (2010). *Rondônia: geopolítica e estrutura fundiária*. Porto Velho, RO, Brasil, Grafriel. P. J.M. (2019). *Nossa terra em outras terras: os descendentes de eslavos na Zona da Mata Rondoniense*. Porto Velho, RO, Brasil, Temática editora.

- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo, RS, Brasil, Feevale.
- Rodrigues, R. A., Souza, B. T. & Andrade, F. A. V. (2015, outubro). Integração social e trabalho na colônia modelo de Andirá dos anos 1930, fronteira Amazônia Central, Brasil. *Revista Contribuições a las Ciências Sociales*. <https://www.eumed.net/rev/cccss/2015/04/fronteira.html>.
- Roter, E. T. (2007). Editorial: revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem* 20(2), p. v-vi. <https://www.scielo.br/j/ape/i/2007.v20n2/>.
- Sampaio, P. M. (2012). *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus, AM, EDUA.
- Santos, C. (2007). *A Fronteira do Guaporé*. Porto Velho, RO, EDUFRO.
- Santos, C.P. (2017). Imigrantes e migrantes na Amazonia no final do século XIX: o testemunho na narrativa de viagem de Gemma Ferruggia. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress*, 1- 8. Florianópolis, SC. http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498232195_ARQUIVO_textoflorianopolis.pdf
- Silva Jr., J. C. (2020). Presença Negra no estado do Amazonas: as contribuições dos arquivos do TJAM. *Lex Cult*, 4 (2), 409-427, <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/400/272>.
- Saquet, M. (2010). O(s) tempo(s) e o(s) território(s) da imigração no sul do Brasil. In: Spósito, E. S. & Saquet, M. A. (orgs). *Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades*. São Paulo, SP, Expressão Popular.
- Smith Jr., F. P. (2015). *Imigração espanhola na Amazônia: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do nordeste paraense (1890-1920)* (Tese de doutorado). Belém, PA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3311>.
- Smith Jr., F. P. (2021). La gripe hespanhola: memórias histórico-literárias na ficção amazônica do século XX. *Novos Cadernos NAEA* 24(1), 99-121. <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/9565>
- Souza, M. M. O. & Pessoa, V. L. S. (2010). O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964. *ACTA Geográfica* 4(8), Boa Vista, RR, Brasil. <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/349>.
- Wachowicz, R. C. (1977). *Tomas Coelho: uma comunidade camponesa*. Curitiba, PR, Real Artes Gráficas.